

Diálogos com povos tradicionais e diversidade cultural no XV Seminário Capixaba sobre o Ensino de Arte

Dialogues with traditional peoples and cultural diversity at the 15th Capixaba Seminar on Art Education

Aissa Afonso Guimarães (UFES)

Jane Seviriano Siqueira (GESTO/PPGAS/UFSC)

Resumo: Primeiro, destacamos o processo de transmissão de conhecimento na cultura tradicional, tendo como base um Ponto de Memória numa comunidade quilombola no norte do ES. Segundo comentamos a relevância das mulheres neste processo. Terceiro, examinamos articulações entre ensino-aprendizagem e cultura tradicional, no contexto das artes populares. Considerando os diálogos na Conferência, apontamos que o trabalho colaborativo junto aos mestres da cultura tradicional contribuiria com a inclusão da história e da cultura indígena, africana e afro-brasileira no ensino formal, em todos os níveis. Repercutimos a demanda pela inclusão de jovens indígenas e negros quilombolas nas escolas e universidades como princípio democrático do direito à vida, que passa pela inclusão da diversidade cultural nos debates nestes espaços.

Palavras-chave: Artes populares; Mestres de Saberes; Cultura Tradicional.

Abstract: First, we highlight the process of transmitting knowledge in traditional culture, based on a "Ponto de Memória" in a quilombola community in the north of ES. Secondly, we commented on the relevance of women in this process. Thirdly, we examine articulations between teaching-learning and traditional culture, in the context of popular arts. Considering the dialogues at the Conference, we pointed out that collaborative work with masters of traditional culture would contribute to the inclusion of indigenous, african and afro-brazilian history and culture in formal education, at all levels. We echo the demand for the inclusion of young indigenous and black quilombolas in schools and universities as a democratic principle of the right to life, which involves the inclusion of cultural diversity in debates in these spaces.

Keywords: Popular arts; Masters of Knowledge; Traditional Culture.

Introdução

Este artigo é inspirado na 2ª Conferência intitulada “Povos Originários”, realizada durante o XV Seminário Capixaba sobre o Ensino da Arte, no Auditório do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, em 30/09/2023. “Diálogos urgentes” foi o título do seminário, para nomear a necessidade de se debater temas emergentes na contemporaneidade, como as questões relacionadas aos povos originários e tradicionais, e a necessidade de se estabelecer o diálogo com os sujeitos detentores de diferentes conhecimentos.

A mesa foi organizada inicialmente com a participação de Gessi Cassiano, liderança Mestra de Jongo, fundadora e coordenadora da associação de mulheres quilombolas, e do Ponto de Memória Jongo de Santa Bárbara da comunidade quilombola de Linharinho, no território do Sapê do Norte, no município de Conceição da Barra, no Espírito Santo; do educador indígena Wellington Íybatã Tupã - (na língua Tupinikim) – professor da língua tupi e cultura nas escolas EMPI Pau Brasil e EMPI Irajá, ambas em território tupiniquim, situado em Aracruz/ES; com a mediação da professora Aissa Guimarães, do Centro de Artes da UFES, em Vitória/ES, atuante no campo do patrimônio cultural e atual coordenadora do Programa “Jongos e caxambus: memórias de mestres e patrimônio afro-brasileiro no ES”.

Foram tecidas considerações sobre o seminário, que nesta XV edição completou 30 anos, trazendo o debate acerca de práticas antirracistas na educação. O diálogo proposto com detentores de culturas tradicionais, por meio de representantes quilombola e indígena, evidencia o avanço das discussões no meio acadêmico, impulsionado pelo processo de promoção de políticas para ações afirmativas, em consonância com a implementação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008.

No entanto, no que diz respeito à garantia dos direitos dos povos originários e tradicionais em relação aos seus territórios, e à emergência da luta cotidiana pela titulação de terras quilombolas e pela demarcação de terras indígenas, a constante ameaça de perda se evidenciou na ausência do professor Wellington Íybatã Tupã na mesa da conferência. Pois naquele dia 30/08/23 havia uma mobilização coordenada em todo território nacional, em função da retomada do julgamento do PL 490/07 pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que discutia se a demarcação de terras indígenas deveria ou não seguir o Marco Temporal.¹ Povos indígenas de todo país se reuniram, em Brasília e nos estados, em defesa das terras e dos povos originários do Brasil.

1 O Projeto de Lei 490/07 propunha que a demarcação de terras só pudesse ser reivindicada em territórios já ocupados por povos indígenas antes da Constituição de 1988, isto é, áreas sem ocupação de indígenas ou ocupadas por outros grupos depois de 1988, não poderiam ser demarcadas. O que apontava para um retrocesso na política de demarcação das terras indígenas no Brasil. A votação contra a tese do Marco Temporal foi vencida no STF por 9 votos a 2.

A ausência do professor pode ser interpretada como um processo educativo para os assistentes e participantes da Conferência, na medida em que ficou explícito que dialogar com povos originários e comunidades tradicionais é aprender sobre suas lutas coletivas para sobrevivência e garantia de direitos sobre seus territórios. Diferente do modo como as discussões, sobre culturas e conhecimentos tradicionais, comumente ocorriam no campo da educação, mediados pelo discurso acadêmico; nas últimas duas décadas, a ampliação desses debates, com a participação de mestres e detentores de culturas tradicionais e populares, intensificado pelas políticas de promoção de ações afirmativas e pela implementação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, tem proporcionado novas possibilidades de interface entre conhecimentos acadêmicos e tradicionais.

As relações estabelecidas anteriormente que levaram ao convite à Gessi Cassiano para participar da Conferência foram lembradas na apresentação, como ações pedagógicas e de salvaguarda realizadas no contexto dos Programas de Extensão da UFES (PROEX/UFES)² e construídas junto aos agrupamentos de jongos e caxambus no Espírito Santo, desde 2012.

Os Programas de Extensão Jongos e Caxambus no ES surgiram incentivados pelas políticas públicas voltadas para a formação universitária e para o campo do patrimônio, com o registro do “Jongo no Sudeste” como Patrimônio Cultural Imaterial, pelo IPHAN em 2005. Nesta perspectiva, um grupo interdisciplinar composto por professores, estudantes bolsistas e voluntários dos cursos de Artes, Educação e Ciências Sociais, vinculados ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UFES, que pesquisaram temas vinculados aos estudos afro-brasileiros, se formou com o objetivo de mapear, pesquisar, produzir materiais e fomentar ações de salvaguarda junto aos grupos de jongos e caxambus no estado do ES. Gostaríamos de observar que as atividades feitas pela equipe de professores e estudantes extensionistas dos Programas Jongos e Caxambus, ocorreram em parceria com os mestres e as mestras que deram apoio e orientação para realização das atividades.

Desde então diversas ações foram realizadas, com a participação das equipes nas comunidades de origem dos grupos, assim como várias atividades acadêmicas aconteceram na UFES com a presença de mestres, lideranças e detentores de culturas tradicionais, no sentido de fortalecer as trocas e ampliar experiências;

² Os referidos Programas obtiveram recurso do Ministério da Educação, por meio dos Editais ProEXT MEC/Sisu, e apoio por meio da PROEX/UFES), foram eles: “Territórios e territorialidades rurais e urbanas: processos organizativos, memórias e patrimônio cultural afro-brasileiro nas comunidades jongueiras do Espírito Santo”, com atividades em 2012; “Jongos e Caxambus: culturas afro-brasileiras no ES” em 2013; ambos coordenados pelo professor antropólogo Osvaldo Martins de Oliveira; e “Jongos e caxambus: memórias de mestres e patrimônio afro-brasileiro no ES”, nos anos de 2016-2017, coordenado pela professora Aissa Afonso Guimarães (CAR/NEAB), em parceria com o professor Osvaldo Martins de Oliveira (CCHN/NEAB) e professora Patrícia Gomes Rufino Andrade (CE/NEAB).

de modo que as atividades de extensão do Programa Jongos e Caxambus no ES continuam ocorrendo num movimento contínuo de aproximação, integração e troca de conhecimentos.

Ponto de Memória: o processo de transmissão de conhecimentos (ensino- aprendizagem) em Linharinho

“O jovem é o futuro do planeta. O jovem precisa de água.” (Mestra Gessi)

Seguida da abertura, a Mestra Gessi agradeceu a presença de todas e todos naquele auditório. Ela pontuou que estávamos em uma corrente, onde cada um de nós mulheres, homens, estudantes e professores, éramos um elo, e que enquanto estivéssemos unidos naquele auditório formávamos uma corrente. A propositiva da Mestra Gessi era para que a acompanhássemos durante a Conferência com empatia, e considerássemos a sua participação como ampliação das vozes das mulheres e homens que estavam em sua comunidade, na área rural de Conceição da Barra. Em uma revisão da semântica da palavra corrente, que estaria associada à violência contra africanos e seus descendentes do período escravagista no Brasil, recebemos o convite para experimentarmos e refletirmos sobre um novo sentido da palavra, na formação coletiva em torno da Conferência. Desse modo, Gessi Cassiano responsável pelo processo de aprendizagem, enquanto mestre de saberes tradicionais envolveu estudantes, professores e todas as pessoas presentes no auditório; e observando a presença majoritária de jovens logo no início de sua exposição trouxe uma questão sobre o futuro, sobre a preservação da vida, da terra, das águas, da natureza. Nesta direção a epígrafe acima retoma a pauta da inclusão para o futuro. “O jovem é o futuro do planeta. O jovem precisa de água”.

Gessi Cassiano articulou em sua fala as demandas das comunidades tanto dos povos indígenas quanto quilombolas. Povos que resistiram à destruição das formas de se organizarem nos seus territórios. Conforme apontou: “primeiro [houve] a destruição das águas e dos alimentos”, se referindo ao desmatamento, ao desaparecimento de rios e à escassez de água na região do Sapê do Norte, que modificou seus modos de vida em diferentes aspectos. Atualmente em todo Brasil os efeitos devastadores, resultantes de grandes empreendimentos capitalistas, avançam de forma acelerada ameaçando a existência de comunidades quilombolas, tradicionais e de povos indígenas.

A demanda pela inclusão de jovens negros quilombolas nas escolas e universidades, que foram espaços prioritariamente reservados a pessoas brancas, apontam o princípio democrático do direito à vida, que passa pela inclusão de diferentes sujeitos e de suas culturas nos debates nestes espaços. Consideramos que a propositiva da Mestra Gessi amplia a tematização da juventude para as

populações que vivem nos quilombos e nas aldeias indígenas.

Primeiro, os jovens negros, quilombolas e indígenas precisam estar incluídos nas discussões em prol do desenvolvimento do país, isto é, devem protagonizar as pautas do acesso à educação escolar, à saúde e à nutrição da juventude com vistas ao seu desenvolvimento físico, psíquico e social; em paridade de oportunidades na sociedade e considerando às características de suas culturas e modos de vida. Os jovens negros e quilombolas também são o futuro do país e precisam de condições básicas de sobrevivência, para que possam conhecer transmitir e reorganizar, os saberes tradicionais na vida contemporânea.

Segundo, é necessário considerar os saberes tradicionais e também as condições para a transmissão dos mesmos, como desdobramento da pauta da inclusão da juventude quilombola na educação formal. Os saberes da terra se referem aos modos como os adultos se articulam no presente. E eles são transmitidos a gerações mais novas. A defesa pela vida no território corresponde à luta pela vida no presente, ao direito à transmissão de saberes associados à terra e à cultura, e à possibilidade de que existam comunidades quilombolas no futuro, mediante a vivência das crianças e jovens.

Dessa maneira, Gessi Cassiano afirma a importância do encontro entre diferentes conhecimentos, e do cuidado com as formas de transmissão. Ela destaca como referências: a educação quilombola pautada na valorização da convivência e retorno contínuo à comunidade; e a educação do campo que é baseada na alternância entre ensino em sala de aula, e a volta à comunidade para aplicação dos conhecimentos universitários, proporcionando o imbricamento entre aprendizagens formais e não formais de ensino. A fala da mestra reflete a discussão contemporânea sobre as relações étnico-raciais no meio acadêmico, incluindo reflexões sobre a arte, patrimônio e culturas tradicionais que têm contribuído para a construção de uma educação antirracista.

No sentido da valorização do aprendizado, a narrativa de Gessi Cassiano, como “griô” ou guardião da memória e dos saberes dos antepassados, retoma sua experiência ancestral “os ancestrais ensinam a defesa própria, defesa de nós mesmos”. As ponderações da mestra delinearam como ela aprendeu dos mais velhos os ensinamentos que lhe valeram ao longo da sua vida, na sobrevivência comunitária para a preservação do território, dos bens naturais e culturais da comunidade, e como se transmite aos jovens; em sua função de griô primeiro cuida da transmissão dos saberes; e, segundo, do ensino como uma reflexão do passado fundada na busca pelas memórias que trazem os conhecimentos do seu povo.

No que se refere aos quilombos, o terreiro foi apresentado como o primeiro local de aprendizagem. Conforme narra Dona Gessi como também é chamada, o processo de transmissão de conhecimentos (ensino-aprendizagem) acontecia nos terreiros, que eram locais de encontro entre os mais velhos na comunidade,

os adultos, os jovens e as crianças para compartilharem momentos festivos, que incluía rodas de dança, histórias sobre os antepassados, saberes da terra e do religioso. O terreiro, na infância da mestra e de suas irmãs, era um local onde os familiares ensinavam sobre técnicas em processos que estimulavam a atenção para desenvolvimento de habilidades sobre a vida, o trabalho e a convivência coletiva.

No presente, esse processo de aprendizado em Linharinho é retomado no “Ponto de Memória Jonga de Santa Bárbara”. O Ponto de Memória foi construído “debaixo da sombra de um pé de dendê”, onde seu pai o Alabê Manoel Cassiano Filho faleceu, lugar onde Gessi Cassiano relembra os ensinamentos do pai acerca da transmissão das memórias, associados ao papel de guardiã de saberes que vem desenvolvendo. Durante a Conferência, ela falou sobre a memória de seu pai como griô na comunidade, sobre o cuidado que ele tinha para repassar os ensinamentos inspirados pelos ancestrais por meio de mensagens em sonhos.

O terreiro dos avós e o Ponto de Memória podem ser definidos, considerando a exposição da mestra, como locais favoráveis aos vínculos de pertencimento comunitário. Esta afirmação estaria em consonância com o exposto por Janja Araújo (2019), Siqueira e Oliveira (2018) e Silva (2015) que apontam que em comunidades negras rurais ou urbanas, centradas na cultura tradicional, existem locais de elaborações colaborativas baseadas na amizade e solidariedade entre os moradores da comunidade. O Ponto de Memória se tornaria um referente de múltiplas temporalidades e, assim, reuniria as recordações de antepassados e de familiares.

O Ponto de Memória guarda a dinâmica e os objetos do terreiro da ancestral matriarca, avó de Gessi Cassiano, como local dos encontros comunitários, de histórias e modos de convivência compartilhados; foi “feito de barro”³ em 2018, construído com a antiga técnica do “embarreio”⁴ com a participação de familiares, para que os jovens da comunidade conhecessem e aprendessem os conhecimentos artesanais de construção dos seus antepassados. E desde então o Ponto é coordenado por Gessi Cassiano com apoio de mulheres da comunidade. O Ponto de Memória se constitui como local de convivência para os moradores, proporcionando atividades sociais, culturais e educativas como oficinas de literatura oral e técnicas alimentares quilombolas (Costa, 2018; Rodrigues, 2016). Consideramos que as falas de Dona Gessi na data da Conferência, e as atividades que acompanhamos, demonstram que o Ponto de Memória, na vida atual da comunidade, tornou-se um local da transmissão

3 A construção foi erguida com recurso do FUNCULTURA, no Edital da Cultura número 005/2017, da Secretaria de Cultura do Espírito Santo (Secult/ES).

4 Técnica tradicional de construção artesanal, com paredes feitas com varas de madeira e terra (barro amassado).

da memória ancestral nas práticas religiosas, culturais e educativas mediante as lembranças compartilhadas nas conversas, nos ensinamentos produzidos e no cuidado com os objetos relacionados às atividades no terreiro.

No entanto, na atualidade as comunidades do Sapê do Norte são ameaçadas de invasões; que ocorrem numa crescente ocupação do território por pessoas desconhecidas, vindas de outros lugares, sem relação com a comunidade, que sempre foi formada por vínculos de parentesco, pertencimento e amizade (Costa, 2018; Rodrigues, 2016; Oliveira, 2010). Gessi Cassiano narra, que até pouco tempo atrás, ela e as mulheres da comunidade caminhavam sozinhas à noite pela mata, apenas com um facão. Agora há risco de roubo e fogo na mata.

A insegurança experimentada pelos moradores, no acesso e no cuidado de manutenção do território e de garantia à vida e de seus modos de compartilhamento na comunidade, se materializou no incêndio do Ponto de Memória em agosto de 2022, que atingiu parte da construção e dos bens culturais e religiosos que se encontravam em seu interior, conforme denunciado pela guardiã do Ponto.

Todos os dias vou ao ponto de memória para zelar e cuidar, porém, na data de nove de agosto, quando eu cheguei no espaço, deparei-me com o mesmo pegando fogo, sendo que não houve roubo ou furto, e nada foi levado do local. Acredito que fui vítima de intolerância religiosa ou algum tipo de intimidação. (Couzemenco, 2022)

O grave ocorrido foi divulgado em diferentes veículos de comunicação (Barcelos; Félix, 2022; Barcelos; Félix, 2022; Ciscati, 2022) e mobilizou o apoio de entidades, instituições, órgãos governamentais, como a Secretaria do Estado da Cultura (Secult/ES); Secretaria de Direitos Humanos (SEDH/ES); o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (Cepir); o Centro Nacional de Africanidades e Resistência Afro-Brasileira (CENARAB)⁵; o Núcleo Estudos Afro-Brasileiros (NEAB/UFES), que se manifestaram publicamente em apoio à Gessi Cassiano. No entanto apesar da situação ameaçadora e das perdas materiais e simbólicas, o Ponto está sendo reerguido, ressignificando sua forma e fortalecendo as relações de ancestralidade.

5 O NEAB/UFES publicou uma "Nota de Repúdio à intolerância religiosa e cultural", assinada pelos diferentes projetos e por organizações da sociedade civil: Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB-UFES); Comitê Quilombos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA); Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ; Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Espírito Santo – Zacimba Gaba; Comissão Quilombola do Sapê do Norte – ES; Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA); Projeto de Pesquisa Africanidades Transatlânticas – UFES; Projeto de Extensão "Jongos e Caxambu: culturas afro-brasileiras no Espírito Santo" – UFES; Grupo de Capoeira Angola Volta ao Mundo; Instituto Volta ao Mundo de Capoeira Angola e Práticas Educativas Transformadoras; Instituto Elim Professor Cleber Maciel; Movimento Negro Unificado – ES; Instituto de Desenvolvimento Estadual de Matrizes Africanas (IDEMAFRI); Fórum das Matrizes Africanas de Cariacica/ES (FOMAC).

A reconstrução do Ponto de Memória está sendo feita com lajotas, em função da segurança do local após o incêndio que o atingiu, e das necessidades dos novos tempos que requerem instalações dentro de padrões atuais de construção, para promover atividades culturais e educacionais diversas; no entanto Mestra Gessi cuida para que sejam preservadas algumas paredes de barro, para lembrar a todos que dependemos da terra e para marcar no presente a presença dos saberes comunitários do passado, para o conhecimento das gerações futuras.

A liderança marcante das mulheres quilombolas na comunidade Linharinho, pela continuidade da vida coletiva e da circulação de memórias é um aspecto importante; delineado pela professora Janja Araújo quando destaca a convivialidade grupal no contexto da capoeira, como demonstra o trecho da autora: a “prática da vivência grupal e da oralidade e, como todo assentamento, impõe a ligação entre o mundo visível e o invisível, numa ética própria assegurada no ir e vir das múltiplas temporalidades” (ARAÚJO, 2019, p. 557). O processo de formação de mestras e mestres resulta em conhecimentos singulares que precisam ser incluídos nos diálogos de valorização da diversidade cultural e racial nas culturas tradicionais.

Conforme exposto durante a Conferência, a convivência entre as moradoras de Linharinho proporciona atividades e interações que dinamizam a continuidade da educação. Na perspectiva da transmissão de saberes em culturas tradicionais, acontece o imbricamento entre as noções de territorialidade que acionam modos de uso e de existência em um determinado território, e o acesso aos bens culturais. Análise que gostaríamos de ampliar com a contribuição deixada pela discussão acerca das formas de sociabilidades em comunidades negras e quilombolas no sul do Espírito Santo. O estudo sócio antropológico junto destas comunidades discutiu que em comunidades marcadas pela cultura tradicional, a evocação da memória é afirmada, além de processo mnemônico, pela persistência de um modo de existência que se opõe à opressão racial (GOLTARA, 2015, p. 87); afirmação que concorda com a realidade de Linharinho e das demais comunidades rurais negras no norte do estado, conforme observado nas atividades de extensão e na fala da mestra.

Em suma, o processo de aprendizagem em Linharinho, conforme Gessi Cassiano: “é a continuidade do que foi deixado pelos ancestrais”, que se refere ao território, aos bens materiais e imateriais e aos saberes da terra. A construção, os usos do espaço, a reconstrução e o retorno das atividades, após o incêndio ocorrido no Ponto de Memória, fortaleceram a vivência coletiva na comunidade, de maneira a facilitar a circulação das lembranças sobre os familiares mais antigos e os modos como eles viviam naquele território.

Os ensinamentos das mulheres quilombolas na comunidade

A mestra destacou a relevância do papel feminino na luta pela permanência no território de Linharinho. Segundo sua experiência, a luta no Sapê do Norte é das mulheres, definidas por ela como as “sementeiras do mundo inteiro”, as responsáveis pelos cuidados com seus familiares e as principais articuladoras em torno da sobrevivência da comunidade. Daí a preocupação com a garantia da terra com via para a manutenção da vida da comunidade baseada no plantio dos alimentos, criação de animais voltados à subsistência comunitária. E as possibilidades de que os mais jovens da comunidade tenham oportunidades de acesso à educação e ao trabalho.

Uma das instâncias de articulação destas mulheres quilombolas em defesa do território e do uso da terra na sobrevivência dos conhecimentos e modos de vida está baseada na elaboração de diálogos mediados pelos pontos cantados nos momentos de encontro, tanto intracomunitários como extracomunitários. O ponto é também uma forma de ensinamento, Gessi Cassiano narra que quando elas, mães, irmãs, filhas, mulheres negras quilombolas da comunidade de Linharinho se encontram, elas se fortalecem e conversam sobre variados pontos. Assim retoma o ensinamento sobre a preservação da terra e das águas, e tece por meio do ponto cantado, elos que vão envolvendo a corrente do auditório. O ponto que ela poeticamente reflete sobre as nossas presenças no auditório reforça a relevância da construção coletiva da luta das comunidades quilombolas na defesa da vida. O convite feito era para uma construção colaborativa, na qual poderíamos contribuir, por exemplo, com o planejamento e realização de atividades que estimulem a valorização da diversidade cultural e da preservação ambiental (Carvalho, 2016). Ressoa o ponto compartilhado pela Mestra Gessi:

Eu vi Mamãe Oxum na cachoeira, sentada na beira do rio. Eu vi Mamãe Oxum na cachoeira, sentada na beira do rio. Colhendo lírio, lírio, lírio ê, colhendo lírio, lírio, lírio á. Colhendo lírio pra enfeitar o seu congá/ [ao final] para enfeitar **nosso** auditório.

Aplaudida de pé por docentes e estudantes presentes no auditório, Gessi Cassiano ensina que “um ponto fala de tudo”, ele pode atuar na dimensão da espiritualidade, da cultura e da educação. Ao cantar a força das águas de Oxum por meio de um ponto, nos faz compreender que as relações entre espiritualidade e luta contra o racismo em todos os aspectos (relacional, religioso, ambiental, institucional), se movem com fé e resistência. E que a proteção que santos e ancestrais conferem, está distribuída aos corpos, às memórias e à espiritualidade cultivadas pelas mulheres quilombolas em comunidades do Sapê do Norte.

Refletindo sobre ensino-aprendizagem e cultura tradicional

A concepção acerca de patrimônio cultural imaterial remonta às expressões culturais e às tradições herdadas e transmitidas entre diferentes gerações dos segmentos que compõem o complexo tecido social. A extensão nas universidades gera possibilidade de interação com comunidade externa. A experiência da equipe do Programa “Jongos e Caxambus” proporcionou a realização de parcerias que permitiram diálogos de mestres e mestras com estudantes e professores dentro da universidade, e que se estenderam para além da pesquisa.

Neste tópico gostaríamos de destacar duas características aprendidas nas atividades de extensão junto às comunidades jongueiras e caxambuzeiras. A saber, o trabalho colaborativo e a noção da ancestralidade que, de acordo com as considerações feitas pela equipe da extensão, perpassou as atividades culturais nas comunidades nas quais estivemos. Acreditamos que a consideração do trabalho colaborativo e da ancestralidade poderia contribuir na reflexão acerca da inclusão da história e da cultura africana e afro-brasileira (Lei 10.369/2003) no ensino formal, em todos os níveis. Tais aspectos aparecem nos relatos orais dos jongueiros e caxambuzeiros sobre seus familiares mais antigos, e nos modos de interações entre eles no presente. Ademais, consideramos que estes aspectos foram retomados com destaque pela Mestra Gessi durante a Conferência e no debate com as e os estudantes, após a sua exposição neste dia.

Uma das características das comunidades quilombolas nas quais estivemos, dentre elas Linharinho, correspondeu ao trabalho colaborativo que implicou nos desdobramentos dos objetivos da equipe. O fazer conjuntamente incluiu a cooperação nas atividades de planejamento, organização e realização dos momentos de interação, que foram propostos no desenvolvimento do Programa. Nesta direção, uma demanda dos participantes foi de que todos os grupos presentes nas atividades realizadas na extensão tivessem garantidos seus momentos de exposição das suas experiências, dos conhecimentos e das suas demandas enquanto coletivo, representante da cultura tradicional associada à população negra e afro-brasileira. Nesta perspectiva foram construídos e organizados em plenárias dois documentos, a primeira e a segunda (I e II) “Carta de Propostas dos Grupos de Jongos e Caxambus do Espírito Santo para salvaguarda de seu patrimônio cultural”⁶, respectivamente nos anos de 2013 e 2017, ambas entregues oficialmente por representantes da equipe do Programa de Extensão da UFES e dos agrupamentos de jongos e caxambus, ao IPHAN.

Acreditamos que a parceria estabelecida entre os distintos sujeitos institucionais (professores e estudantes de graduação e de pós-graduação da UFES; diretores e professores de escolas municipais; servidores das secretarias de cultura e

6 A I “Carta de Propostas de Jongos e Caxambus do Espírito Santo para salvaguarda de seu patrimônio cultural” está publicada em Anexos no livro Jongos e Caxambus: culturas afro-brasileiras no Espírito Santo (Guimarães, Oliveira, 2017).

de educação dos municípios, da Secretaria do Estado da Cultura – Secult/ES e do IPHAN) construíram relações que têm contribuído para o fortalecimento e autonomia dos agrupamentos e comunidades no acesso às políticas públicas, assim como para a continuidade dos diálogos sobre construção de conteúdos e metodologias de ensino antirracistas, em consonância com a Lei 10.639/2003.

Na medida em que mestras e mestres retornam em encontros para diálogos dentro do espaço acadêmico levantam pautas de inclusão da valorização dos saberes tradicionais na composição da grade curricular da Universidade. Tais saberes são elaborados na convivência grupal e no engajamento gerado na prática (Araújo, 2019), destacando a preocupação das comunidades tradicionais em preservar na memória os seus saberes e em transmiti-los às novas gerações (Carvalho, 2016).

Gostaríamos de finalizar este recordatório sobre a Conferência refletindo sobre a aprendizagem na cultura tradicional. Para a Mestre Gessi, o ensino nas escolas acontece com similaridades em relação ao ensino nas comunidades rurais negras, como é o caso em Linharinho, comunidade onde ela nasceu e vive com familiares. No âmbito da aprendizagem em contexto formal e não formal, conforme a Mestre, a transmissão de saberes acontece na transferência de memórias. A comunicação das lembranças demanda o conhecimento registrado nos corpos, que na convivência grupal evoca e elabora repertórios de saberes. Os saberes estão codificados nos conhecimentos tradicionais, como no preparo da terra para o plantio; no percorrer caminhos atravessados pelos antepassados; nos objetos utilizados nas cerimônias e rituais religiosos; nos momentos festivos, e nos relatos orais sobre os tempos da infância, dos familiares mais antigos e das lutas pela permanência na terra que conformam a história da comunidade.

Considerações finais

A inclusão da Conferência povos originários, com a exposição da Mestre Gessi, apontou para a desnaturalização da discriminação racial, elemento fundamental para a construção de um país mais democrático, justo e inclusivo. O olhar do professor não é neutro, de tal forma que suas concepções de mundo ficam interligadas ao comportamento que é adotado em sala de aula. Assim, acreditamos que na elaboração de futuras atividades didáticas, professores e professoras foram estimulados a incluir reflexões que contribuam no enfrentamento ao racismo, à discriminação e ao preconceito racial.

As relações intrínsecas entre a oralidade, o visível e o invisível, e as múltiplas temporalidades é uma marca da transmissão de ensinamentos nas comunidades tradicionais e que poderia ser considerada no trabalho de professores na educação formal para as relações étnico-raciais. Inspirados pelos ensinamentos de mestres e mestras dos jongos e caxambus, acreditamos que a produção coletiva, baseada na prática é marcada pela oralidade, e que

a interface entre o conhecimento tradicional e a educação escolar/acadêmica, pode ser uma ferramenta pedagógica no combate ao racismo e à discriminação nas instituições de ensino.

E apesar do avanço das discussões nas pautas educacionais na UFES, fica registrada a necessidade de criação de mecanismos efetivos e formais que subsidiem a inclusão de mestres e detentores junto às instituições de ensino, para a construção colaborativa de conteúdos pedagógicos sobre culturas africanas e afro-brasileiras e de metodologias que considerem os processos educativos que ocorrem fora dos espaços das escolas e das universidades, conforme vivenciamos através de práticas extensionistas. Desejamos que a presença da Mestra Gessi Cassiano e a referência à sua comunidade, e a luta do educador Wellington Íybatã Tupã presente na defesa dos territórios dos povos indígenas, estimulem o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural no cotidiano de estudantes, professores e egressos dos cursos de Artes da UFES.

Referências

ARAÚJO, Janja. Mulheres negras e culturas tradicionais: memória e resistência. In: **Currículo sem Fronteiras**, v. 19, n. 2, 2019, pp. 553-565.

BARCELOS, Viviann; FÉLIX, Tiago. Incêndio destrói parte de memorial de comunidade quilombola no Norte do ES. **G1**, Espírito Santo, 10 ago. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2022/08/10/incendio-destroiu-parte-de-memorial-de-comunidade-quilombola-no-norte-do-es.ghtml>

CARVALHO, José Jorge. Sobre o Notório Saber dos mestres tradicionais nas instituições de ensino superior e de pesquisa. **Cadernos de Inclusão 8**. Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, INCT, Brasília, 2016.

CISCATI, Rafael. Incêndio destrói ponto de memória em comunidade quilombola no Espírito Santo. **Brasil de Direitos**. Atualidades, Combate ao racismo, Notícia, 12 ago. 2022. Disponível em: <https://www.brasildedireitos.org.br/atualidades/incndio-destri-ponto-de-memria-em-comunidade-quilombola-no-esprito-santo>

COSTA, Renata Beatriz Rodrigues da. **Um Nome a Zelar**: histórias de uma Quilombola do Norte do Espírito Santo. Dissertação de mestrado. Centro de Ciências Humanas e Naturais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 2018.

COUZEMENCO, Fernanda. Atentado criminoso destrói parte de Ponto de Memória no Sapê do Norte. **Século Diário**, Cultura, 10 ago. 2022. Disponível

em: <https://www.seculodiario.com.br/cultura/fogo-destroi-parte-do-ponto-de-memoria-jongo-de-santa-barbara-no-sape-do-norte>

GOLTARA, Diogo Bonadiman. Dinâmicas comunitárias e espirituais: a rede esotérico-umbandista entre comunidades negras rurais às margens do Rio Itapemirim. **RURIS** (Campinas, Online), Campinas, SP, v. 9, n. 1, 2015. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br>. Acesso em: 10 de nov. 2023.

GUIMARÃES, Aissa Afonso; OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. **Jongos e Caxambus:** culturas afro-brasileiras no Espírito Santo. PROEX: UFES, Vitória, 2018.

IPAC. Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. Texto relativo à definição do Conceito Geral de “Patrimônio Imaterial”. Bahia: **IPAC**, 2000. Disponível em: ipac.ba.gov.br. Acesso em: 15 de nov. 2023.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. Quilombos: memória social e metáforas dos conflitos comunidades do Sapê do Norte, Espírito Santo. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Orgs)... [et al]. **Nova Cartografia Social:** territórios quilombolas e conflitos. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, UEA Edições, 2010.

RODRIGUES, Luiz Henrique. **Quilombolas e jongueiros:** uma etnografia nas comunidades de Linharinho e Porto Grande, Conceição da Barra (ES). Dissertação de mestrado. Centro de Ciências Humanas e Naturais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 2016.

SILVA, Larissa de Albuquerque. De brincadeira a patrimônio: as várias dimensões do jongo/caxambu no Espírito Santo. In: **Anais Congresso Nacional de Ciências Sociais**, Ufes, Vitória, Espírito Santo, 23 a 25 de set. de 2015.

SIQUEIRA, Jane Seviriano; OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. O Jongo de São Benedito e o Samba do Tempo Antigo: uma análise das narrativas dos jongueiros da região norte do Espírito Santo. **SINAIS**, Vitória, v. 2, n. 1, 2018.

Aissa Afonso Guimarães

Professora do Departamento de Teoria da Arte e Música, do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Atua na área de Artes no ensino, na pesquisa e na extensão, no campo do patrimônio cultural e das culturas tradicionais e populares afro-brasileiras, com ênfase no estado do Espírito Santo. Coordenadora do Programa de Extensão Jongos e Caxambus: memórias de mestres e patrimônio cultural afro-brasileiro no ES (PROEX/UFES).

ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9626-4606>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5450445723454857>

Jane Seviriano Siqueira

Mestre em Ciências Sociais (UFES) onde realizou pesquisa com comunidades quilombolas no Espírito Santo. Atualmente faz doutorado na Universidade de Santa Catarina e desenvolve pesquisa com comunidade rural negra na costa centro-sul do Peru, na linha de pesquisa Arte, Etnomusicologia, Imagem, Linguagem e Performance. Está vinculada ao Grupo de Estudos em Oralidade e Performance, GESTO/UFSC/CNPq.

ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4155-5358>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4883567020008551>